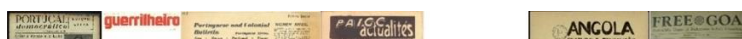


## 1º Congresso Internacional do GIEIPC-IP em Coimbra. A Imprensa de Exílio(s) Chamada para comunicações



Enquanto contributo à comemoração dos 50 anos do 25 de Abril e da democracia que lhe está associada, o Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra acolhe nos dias 10 e 11 de Outubro de 2024 o **Congresso Internacional Imprensa de Exílio(s)**, no âmbito das iniciativas do Grupo Internacional de Estudos da Imprensa Periódica Colonial do Império Português (GIEIPC-IP). Uma iniciativa igualmente apoiada por outros parceiros desta rede e organizações que acolheram a ideia, desde logo o CHAM – Centro de Humanidades da Universidade NOVA-FCSH, a Fundação Mário Soares e Maria Barroso, o Laboratoire d'Etudes Romanes (LER) - Université de Paris 8, a Biblioteca Nacional de Angola, o Arquivo de História Social do ICS-Universidade de Lisboa e o grupo ECOS – Exílios, contrariar o silêncio do CRIA- Centro em Rede de Investigação em Antropologia.

A imprensa anticolonial e a imprensa de exílio têm merecido crescente atenção multidisciplinar, sobretudo no que respeita ao século 20, na procura de entender designadamente o seu papel político e impacto intelectual, assim como as redes que espelhavam e mobilizavam. A propósito das últimas, são exemplo significativo as investigações em torno das confluências transnacionais e transimperiais de exilados e outros migrantes, tais como estudantes, escritores, artistas, para metrópoles de efervescência democratizadora e vanguardista, como Londres Paris ou Berlim do pós-I Guerra Mundial, e a sua ligação à proliferação de jornais, revistas, boletins, panfletos, que alimentaram militâncias (inter)nacionalistas e interligaram debates e combates.

Podendo encontrar-se no mesmo periódico, as categorizações imprensa anticolonial e imprensa de exílio, naturalmente não se sobrepõem. A questão colonial foi uma entre outras motivações para exílios e para a criação de periódicos nessa situação. Por seu turno, a imprensa anticolonial floresceu dentro e fora dos impérios de origem, em condições de legalidade ou clandestinidade. Une-as, no entanto, a estreita ligação dos lugares de publicação às condições políticas para o exercício da liberdade de expressão e de militância. Por outras palavras, se a imprensa de exílio convoca a falta de liberdade política, a imprensa anticolonial emerge em condições políticas variadas que condicionam o seu perfil e lugares de publicação, incluindo os lugares de exílio. No que respeita à ideia e às vivências de exílio e à sua expressão na imprensa,

cabe qualquer caso discutir a liminaridade das experiências de ocupação, de dissidência, de clandestinidade e de desterro, em relação ao expatriamento político, tanto pelas similitudes do seu impacto psicológico quanto pelos trânsitos que tenderam a fomentar.

O fim da Segunda Guerra Mundial criou a esperança de afirmação da ordem democrática e do direito à autodeterminação dos povos, com a inevitável queda dos impérios coloniais europeus. As décadas seguintes assistiram ao alastramento das lutas e solidariedades anticoloniais, num ambiente internacionalmente marcado pela política de blocos à qual o movimento dos Não-Alinhados se opôs a ideia de libertação do colonialismo e da predeterminação das opções do chamado “terceiro mundo”. Nesse quadro geopolítico, tornou-se expectável que os países do bloco “ocidental” alinhassem com os valores das democracias liberais e do capitalismo e que, cedo ou tarde, reconhecessem na prática política o princípio da autodeterminação.

Em contracorrente tolerada pelos aliados devido às próprias circunstâncias da Guerra Fria, as ditaduras portuguesa e espanhola sobreviveram apesar da crescente oposição interna, e sobretudo a primeira recusou-se a discutir a descolonização. Contra as evidências, o salazarismo alimentou a tese segundo a qual Portugal, guiado pelos valores católicos, ao fazer prevalecer historicamente o princípio da igualdade assimiladora criara a situação única de uma nação e um estado pluricontinentais, unidade que nenhum dos povos envolvidos queria desfazer. Do ponto de vista do Estado português, o problema colonial não existia e os movimentos que o reivindicassem posicionavam-se contra a vontade dos povos, podendo quaisquer insurgências ser apelidadas de terroristas. A longa sobrevivência da ditadura portuguesa e a sua recusa em reconhecer o problema colonial justificaram a radicalização da militância, consequência da consciencialização que vinha tomando forma, após a II Guerra Mundial. No que respeita ao caso de Goa, intensificou-se a militância dos goeses que se colocavam no campo anticolonial e abriu-se um conflito diplomático entre Portugal e a Índia, que a tomada de Goa pelas tropas indianas em Dezembro de 1961 esteve longe de resolver, antes arrastou-se até 1974. Igualmente em 1961, diversas insurreições iniciaram as frentes de guerra nas colónias africanas. Adensaram-se, simultaneamente, as ondas de exílio que as políticas repressivas da ditadura vinham impulsionando desde 1926. As ideias de liberdade e de libertação são comuns a estes exilados, quer fossem sobretudo opositores à ditadura, quer visassem o fim do colonialismo, quer interligassem ambas as causas.

Ao eleger como principal foco a questão colonial na imprensa de exílio publicada desde o fim da Segunda Guerra, o congresso estabelece pela primeira vez uma ponte entre os combates contra a ditadura e pelo fim do colonialismo nestes periódicos. Visa-se incentivar estudos que explorem as ideias, imagens e debates em torno do colonialismo e das realidades coloniais, no quadro dos encontros e desencontros que marcaram a diversidade destes periódicos. Este foco

reabre a discussão do conceito de imprensa colonial que o grupo que vem propondo (<https://www.gieipc-ip.org/sobre-a-imprensa-perioacutedica-colonial.html>), agora centrada na imprensa de exílio. No que respeita ao antigo império português, sublinha-se mesmo que as histórias da imprensa, desde os primeiros impulsos, não podem prescindir do conhecimento dos periódicos dos exílios e do lugar que os debates coloniais neles ocuparam, como a criação em Londres do *Correio Braziliense* comprova ao inaugurar a imprensa de exílio em língua portuguesa (<https://expoimprensacolonial.fcsh.unl.pt/br.html>). As suas histórias acompanham as flutuações que a liberdade de expressão e de militância sofreram ao longo dos sucessivos regimes desde a monarquia absoluta, enquanto testemunham a dificuldade estrutural dos sucessivos poderes em aceitar a livre discussão em torno do fim do império.

Por fim, na esteira das propostas do GIEIPC-IP, o Congresso propõe um entendimento alargado de imprensa periódica, deslocando o foco do impresso para a periodicidade, para os formatos associados à imprensa periódica e para a busca de público(s) leitores. Significa que alberga estudos sobre periódicos que circularam com recurso a tecnologias e formas diversos, considerando significativas as circunstâncias que motivaram o uso desses recursos diversos. Concretamente, periódicos manuscritos ou datilografados, reproduzidos pelo mesmo meio ou através de estêncil com ou sem recurso a mimeógrafos, ou ainda fotocópia, ocasionalmente incluindo o recurso a colagens de imagens ou textos impressos.

**Tendo por referência o enquadramento que motiva o presente Congresso, justificando particular foco na discussão do colonialismo português na imprensa de exílio, a presente chamada para comunicações acolhe propostas designadamente sobre:**

- As solidariedades anticoloniais e os internacionalismos presentes nos periódicos de exílio
- As redes que estes periódicos mobilizavam e/ou que estiveram na origem dos mesmos e o seu papel nas estratégias de comunicação dos diversos grupos
- A importância do financiamento na criação, aparato e sobrevivência destes periódicos
- Públicos, opiniões públicas, grupos de interesse que visaram e alcançaram
- As relações entre redes de exílio e redes clandestinas e o seu impacto na circulação e recepção desta imprensa
- A relação dinâmica entre periódico e arquivo
- As pontes estabelecidas com outras formas de comunicação tais como cartazes, folhetos, panfletos, livros
- Como o memorialismo, os arquivos e as bibliotecas/centros de documentação podem contribuir para aceder, enquadrar e aprofundar o conhecimento da história destes periódicos, mas também para criar filtros
- A relação entre militância e jornalismo, e a influência dos perfis dos redactores na configuração destes periódicos.
- Periódicos de exílio ligados ao combate a outros impérios coloniais.



As propostas de comunicação deverão ter um resumo até 300 palavras e uma nota biográfica até 150 palavras por autor. Línguas do congresso: português, inglês, francês.

**Prazo de submissão – 15 de Junho de 2024**

**Respostas – até 25 de Junho**

Email de submissão - [imprensadeexilios@gmail.com](mailto:imprensadeexilios@gmail.com)

Entre outras iniciativas, a organização do Congresso promoverá mesas redondas temáticas. Visando os investigadores e outros interessados, os centros de documentação/arquivos parceiros irão analisar os seus acervos e criarão listas de periódicos e de documentação conexa à temática do evento, que serão disponibilizadas nos sites institucionais e do congresso, sujeitas a actualização até ao evento.

A Comissão Organizadora

Adelaide Vieira Machado (CHAM – Centro de Humanidades, NOVA-FCSH)

Arnaldo Caliche (Universidade Eduardo Mondlane)

Cristina Clímaco (LER - Laboratoire d'Etudes Romanes, Université de Paris 8)

Diana Afonso Luhuma (Biblioteca Nacional de Angola)

Douglas Mansur da Silva (Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Fluminense)

Filipe Guimarães da Silva (Fundação Mário Soares e Maria Barroso)

Inês Ponte (ICS – Instituto de Ciências Sociais, Arquivo de História Social, Universidade de Lisboa)

Joana Mourão Carrega Moreira (CD25A – Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra)

Maria Cristina Vieira de Freitas (CD25A – Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra)

Matheus Serva Pereira (ICS – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa)

Noemi Alfieri (CHAM – Centro de Humanidades, NOVA-FCSH)

Sandra Ataíde Lobo (CHAM – Centro de Humanidades, NOVA-FCSH)

Sónia Ferreira (#ECOS Exílios, CRIA - Centro em Rede de Investigação em Antropologia)